

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
JOSIANI CRISTINI DOS SANTOS

MORRO DO QUILOMBO – ESCOLA AMBIENTAL COMUNITÁRIA

Orientadora: Prof. Dr.^a Thêmis da Cruz Fagundes

Florianópolis

2007

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Anésio e Lêda, pelo eterno amor, apoio e incentivo em toda minha trajetória.

À minha irmã Fernanda por ser minha companheira de vida.

Ao meu namorado Carlos, pelo amor, compreensão e companheirismo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

À Prof. Thêmis da Cruz Fagundes, por ter me orientado nesta primeira etapa e por todo apoio e afeto dedicados.

À toda minha família que de alguma forma me ajudou na conclusão deste trabalho, principalmente aos meus avós pelas informações preciosas.

Ao meu pai, minha mãe, minha tia Roselene pelos dias dedicados a visitação do Morro do Quilombo e na colaboração nas entrevistas com moradores, além de toda a compreensão e amor.

Ao meu namorado Carlos por me ajudar nas informações sobre leis e meio ambiente, e por ter participado de todos os meus momentos de ansiedade me dando afeto e atenção.

Aos meus amigos “goiabas”, Bárbara, Charles, Danielle, Leandro, Luiza, Regiane, Talita e Veridiana, por todos os momentos de companheirismo durante a faculdade e a vida.

Às amigas Marina e Laura, pelos bons momentos que passamos juntas durante o curso.

A todos os profissionais que me ajudaram de alguma maneira, sendo concedendo entrevistas ou fornecendo materiais.

Aos moradores do Morro do Quilombo que contribuíram com seu conhecimento empírico para a conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO MORRO DO QUILOMBO – ESCOLA AMBIENTAL COMUNITÁRIA	8
1.1 – PROPOSTA ARQUITETÔNICA	8
1.1.1 – PROGRAMA DE ATIVIDADES A SEREM DEVENVOLVIDAS	14
2- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ESTUDADA: MORRO DO QUILOMBO – FLORIANÓPOLIS - SC	16
2.1 - LOCALIZAÇÃO:	16
2.2 - CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS:	19
2.3 - VEGETAÇÃO	21
2.4 - HIDROGRAFIA:	22
2.5 - DEMOGRAFIA:	26
2.6 - ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA	27
3 – HISTÓRICO E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	29
3.1- HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO	29
3.2 – QUILOMBOS	42
3.2.1 – QUILOMBOS NO BRASIL	42
3.2.2 – QUILOMBOS NA ILHA DE SANTA CATARINA	43
3.3 - PROBLEMAS DA URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS	46
3.4– SURGIMENTO DAS FAVELAS NO BRASIL E NA ILHA DE SANTA CATARINA	51
4 – CONDICIONANTES LEGAIS E POTENCIALIDADES	58
4.1 – O PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS E AS OCUPAÇÕES NO MORRO DO QUILOMBO	58
4.2 – O ESTATUTO DA CIDADE E AS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	60

5 – PROPOSTA: SUSTENTABILIDADE URBANA E ARQUITETURA	
SUSTENTÁVEL	61
5.1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	61
5.2 – ARQUITETURA SUSTENTÁVEL.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

INTRODUÇÃO

Como primeira etapa do Trabalho de Conclusão de curso, apresentamos o resultado de pesquisa feita acerca da problemática das ocupações irregulares na comunidade do Morro do Quilombo, na cidade de Florianópolis, SC, e os problemas ambientais e sociais que decorrem dessa situação, tendo como objetivo apresentar um projeto arquitetônico que seja compatível com as necessidades do local. As motivações que levaram a escolha desta comunidade estão no fato da autora ser moradora da região há mais de 20 anos e ter acompanhado a evolução urbana da área. Para tanto foram abordados temas descritos a seguir.

No capítulo 1 está apresentada a proposta de um projeto de Escola Ambiental Comunitária para a comunidade do Morro do Quilombo no bairro do Itacorubi em Florianópolis, Santa Catarina. O objetivo principal do projeto é a conscientização ambiental pelos moradores locais, fazendo com que os mesmos percebam a natureza que se encontra ao redor da região e a necessidade de preservá-la. Apresenta-se também neste capítulo o terreno onde a proposta será inserida, bem como suas características físicas e legais, mostrando sua situação em relação ao plano diretor da cidade de Florianópolis.

No segundo subitem do mesmo capítulo apresentam-se as atividades a serem desenvolvidas no projeto. Mostramos ainda as diretrizes de projeto e apresentamos um pré-zoneamento do mesmo inserido no terreno.

No capítulo 2, são apresentadas as características do local onde será inserido o projeto, como sua localização, características geográficas, vegetação, hidrografia, demografia, além de uma análise sócio-econômica da região.

No capítulo 3 é exposto o histórico e o processo de urbanização na cidade de Florianópolis, mostrando como surgiram as favelas na capital Catarinense. Em seguida faz-se uma análise sobre os quilombos no Brasil e na Ilha de Santa Catarina, mostrando a relação dessas manifestações com o Morro do Quilombo. Posteriormente apresentamos os problemas gerados pela urbanização na cidade de Florianópolis e a problemática das favelas no Brasil e na Ilha de Santa Catarina.

No capítulo 4 são expostas as condicionantes legais que podem tornar o projeto possível, descrevendo primeiramente o Plano Diretor atual da cidade de Florianópolis, bem com os Planos anteriores, e em seguida as Operações Urbanas Consorciadas, constantes no Estatuto da Cidade.

No capítulo 5 é apresentado o surgimento da idéia de sustentabilidade ambiental no âmbito global, e mais adiante as idéias da arquitetura sustentável que buscam uma construção em equilíbrio com os recursos naturais, utilizando-se de materiais e técnicas construtivas que venham a causar um menor impacto ambiental no local onde será inserida.

Por fim tecemos considerações a respeito do assunto abordado, mostrando a importância dessa pesquisa para a realização do projeto arquitetônico, segunda etapa deste trabalho.

1 – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO MORRO DO QUILOMBO – ESCOLA AMBIENTAL COMUNITÁRIA

1.1 – PROPOSTA ARQUITETÔNICA

CECCA (1997, p.93) defende que programas de educação ambiental são de grande importância para barrar o crescimento urbano desenfreado que vem ocorrendo atualmente nas áreas de preservação, na cidade de Florianópolis:

“É essencial que, paralelamente ao crescente processo de expansão das áreas urbanas sobre as áreas naturais remanescentes da ilha, o poder público e a sociedade civil organizada, promovam programas de educação ambiental e conscientização da população. Esta expansão deve ser percebida pelas comunidades nas quais se processa, numa perspectiva da *ética ambientalista*, para que possam participar conscientemente das instâncias decisórias que digam respeito à qualidade de vida de suas populações. Neste sentido, as ONGs (associações de moradores, entidades ambientalistas, etc.), locais ou não, podem e devem desempenhar papel fundamental. Tanto mais, quando contarem com o apoio do poder público para desenvolver programas educacionais junto às escolas públicas, enfocando as questões ambientais das comunidades em que se encontram e relacionando-as de forma dinâmica com os problemas da cidade como um todo.”

Dessa maneira, propõe-se neste trabalho a criação de escolas ambientais nas comunidades carentes instaladas em áreas de preservação. O local escolhido para o Projeto inicial é o Morro do Quilombo. A proposta arquitetônica a ser desenvolvida consiste em uma Escola Ambiental Comunitária, a qual terá como objetivo fundamental ministrar oficinas que busquem a conscientização individual desses moradores, com vistas ao desenvolvimento não só pessoal como também do meio em que estão inseridos, buscando a transformação no âmbito da coletividade acerca da importância da conservação do meio ambiente, compreendendo a necessidade da reciclagem e do depósito do lixo no local adequado; o impacto que a localização de suas residências e o aumento da população no local pode trazer para o ecossistema existente na área; mostrando a eles que preservar a natureza além de ser fator essencial para a manutenção da vida na cidade,

pode se tornar também uma fonte de renda através de associações de trabalho entre eles; enfim apresentar para essas comunidades a idéia global de preservação ambiental.

Considera-se de extrema importância que algo concreto seja feito na cidade de Florianópolis a fim de impedir a invasão de terrenos e construções ilegais no solo urbano da capital do Estado, quando estes estiverem em APL (Área de Preservação de Uso Limitado) ou APP (Área de Preservação Permanente), para que o meio ambiente da Ilha de Santa Catarina não venha a sofrer ainda mais degradação. É necessária uma educação ecológica permanente para que os próprios moradores já instalados nos morros impeçam a vinda de mais pessoas com o intuito de se instalarem em local de preservação ambiental.

As ocupações em áreas consideradas APP devem ser severamente evitadas porquanto colocam em risco a manutenção dos recursos naturais e a preservação da natureza. O artigo 137 da Lei Municipal 001/97, Plano Diretor, diz o seguinte:

“Art. 137 - As Áreas de Preservação Permanente (APP) são "non aedificandi", ressalvados os usos públicos necessários, sendo nelas vedada a supressão da floresta e das demais formas de vegetação nativa, a exploração e a destruição de pedras, bem como o depósito de resíduos sólidos e qualquer forma de parcelamento do solo.”

No Morro do Quilombo existem construções irregulares em áreas de APP, APL e ARP-0 (Área Residencial Predominante – zero), que segundo art. 97 da lei municipal 001/97 é definida como:

“Art. 97 - As Áreas Residenciais Predominantes - zero (ARP-0) são destinadas a assentamento da população de baixa renda, somente podendo ser utilizadas através de parcelamento do solo de interesse social, promovido pelo Poder Público e/ou iniciativa privada.”

O projeto arquitetônico da Escola Ambiental Comunitária terá como objetivo ser uma construção sustentável, que contribua na preservação dos recursos naturais da região. A inserção se dará em um terreno próximo às ocupações já existentes (ver Figura 01 e 02 e Imagem 01, 02, 03, 04). Esse terreno encontra-se em sua maior parte em uma área considerada pelo Plano

Diretor como APL (Área de Preservação de Uso Limitado) onde o Índice de Aproveitamento Máximo é de 0,1, e a Taxa Máxima de Ocupação é de 10%. O Plano Diretor de Florianópolis, no artigo 22 diz o seguinte sobre as Áreas de Preservação com Uso Limitado:

“Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) são aquelas que pelas características de declividade do solo, do tipo de vegetação ou da vulnerabilidade aos fenômenos naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo do equilíbrio ecológico ou da paisagem natural.

Parágrafo Único - São incluídas nas Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) as áreas onde predominam as declividades entre 30% (trinta por cento) e 46,6% (quarenta e seis e seis décimos por cento), bem como as áreas situadas acima da "cota 100" que já não estejam abrangidas pelas Áreas de Preservação Permanente (APP).”

São permitidos em áreas consideradas APL, no máximo, a construção de dois pavimentos. A implantação de construções com finalidades culturais é tolerável desde que haja um estudo específico de localização elaborado pelo Órgão Municipal de Planejamento. O parágrafo 2º do artigo 37 da Lei Municipal 001/97, Plano Diretor, dispõe:

“§ 2º - Denominam-se Toleráveis os usos desconformes cuja adequação às áreas pode ser alcançada excepcionalmente pelo cumprimento de disposições especiais fixadas pelo Órgão de Planejamento, os quais serão autorizados em caráter transitório, podendo ser exigida em qualquer tempo a adoção de dispositivos e instalações que eliminem os incômodos e a poluição.”

A lei municipal 001/97, em seu parágrafo 1º do artigo 144, fala sobre a distância das áreas já urbanizadas que a construção em APL deve ter:

“§ 1º - Quando admitida a implantação de edificações nas Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL), estas não poderão se afastar mais de 50,00m (cinquenta metros) contados a partir do limite da APL com a área urbanizável adjacente ou de acesso público oficial, conforme o caso.”

Com relação à vegetação em área de APL o art. 145 da lei municipal 001/97 dispõe:

“Art. 145 - Nas Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) deverá ser mantida a cobertura vegetal existente, somente se permitindo o corte de árvores indispensáveis à implantação

das edificações, quando admitidas, sendo vedada a exploração e destruição de pedras.

§ 1º - Considera-se superfície indispensável à implantação das edificações até o dobro da área construída.

§ 2º - As árvores cujo corte for indispensável para implantação das edificações deverão ser indicadas nas plantas do projeto de construção, devendo cada árvore abatida ser substituída por outra dentro do mesmo terreno.

§ 3º - Os acessos privados das edificações em Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) deverão se harmonizar com a topografia existente e preservar a vegetação arbórea.”

O terreno escolhido para a inserção do projeto já possui extensa área desmatada e encontramos vegetação não nativa no local. Sua área total é estimada em 20.000 m². Possui declividade entre as cotas 30m e 90m.



Figura 01 – Terreno no contexto do Morro do Quilombo – Sem escala

Fonte: Programa Google Earth (<http://earth.google.com/>)

Modificações e indicações feitas pela autora



Figura 02 – Terreno escolhido pra a implantação do projeto – Sem escala

Fonte: Programa Google Earth (<http://earth.google.com/>)

Modificações e indicações feitas pela autora



Imagem 01 – Terreno

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 02 – Terreno

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 03 – Terreno

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 04 – Terreno

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.

1.1.1 – PROGRAMA DE ATIVIDADES A SEREM DEVENVOLVIDAS

Na Escola Ambiental Comunitária do Morro do Quilombo serão desenvolvidas atividades ligadas à educação ambiental, cultural e social. A proposta é atender toda a população do Morro do Quilombo, desenvolvendo atividades que envolvam crianças, adolescentes adultos e idosos. O objetivo é integrar as famílias e estas à sua comunidade, proporcionando aprendizado e lazer.

As diretrizes de projeto serão baseadas no desenvolvimento sustentável, buscando uma construção integrada com o meio ambiente, na busca por visuais e aproveitamento das condicionantes da natureza que se apresentam no terreno, além de proporcionar uma arquitetura onde a população local possa se identificar e tomar como um lugar pertencente à comunidade.

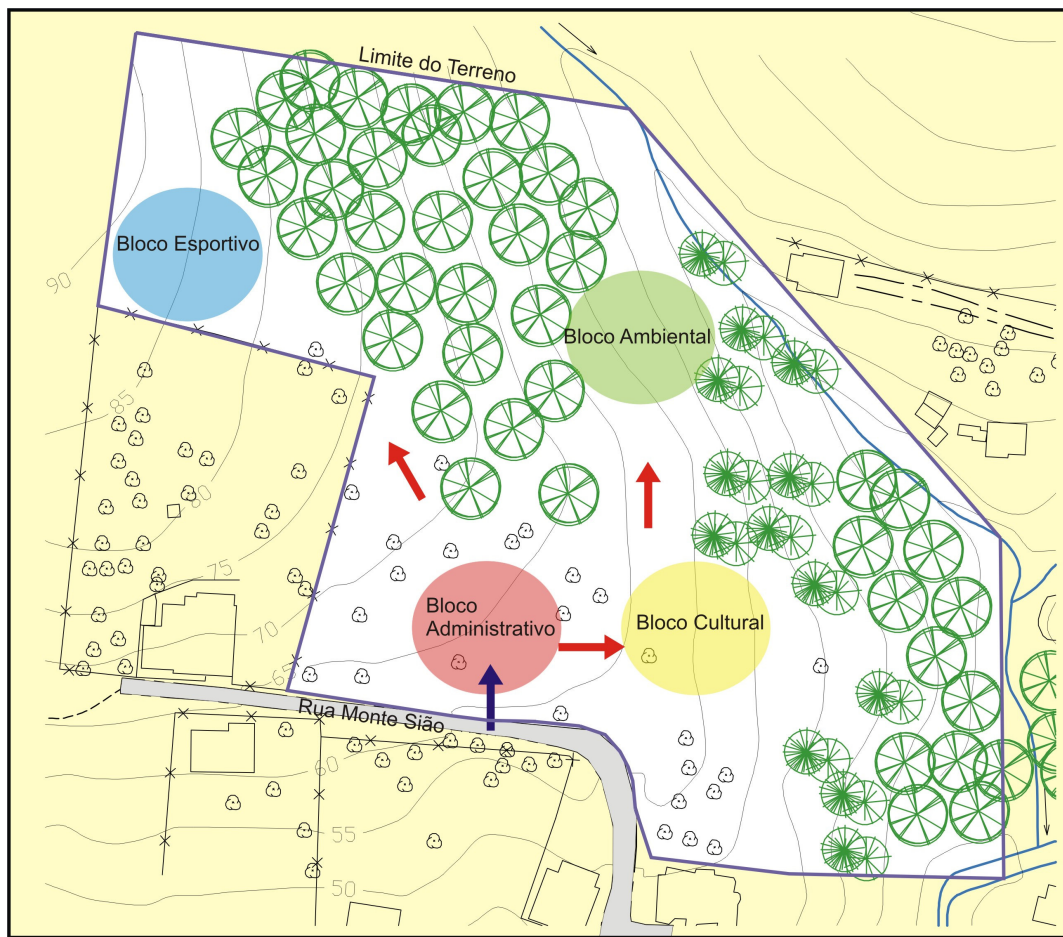
O Programa de necessidades do Projeto consiste inicialmente no seguinte:

Bloco 1 – Bloco Administrativo: Recepção, Administração, Enfermaria, Banheiros.

Bloco 2 – Bloco Cultural: Oficinas, Auditório, Sala de Informática, Sala de Exposições, Biblioteca, Banheiros

Bloco 3 – Bloco Ambiental: Oficinas, Banheiros, Refeitório, Reciclagem, Espaços externos, Cozinha.

Bloco 4 – Bloco Esportivo: Quadras de Esportes, Espaço Coberto para convivência e prática de esportes, Vestiários.



→ Ligações entre os Blocos

→ Acesso principal pelo Rua Monte Sião

Pré-Zoneamento – Sem escala

2- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA ESTUDADA: MORRO DO QUILOMBO – FLORIANÓPOLIS - SC.

2.1 - LOCALIZAÇÃO:

O município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina (ver Figura 03 e 04), é composto pela Ilha de Santa Catarina e por uma porção da parte continental, entre as coordenadas 27°10' – 27°50' de latitude sul e 48°25'-48°35' de longitude oeste. A ilha tem aproximadamente 423 km² e está separada do continente pelas baías norte e sul (ver Figura 06). Os municípios vizinhos são São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz (ver Figura 04 e 06), e juntos formam o aglomerado urbano de Florianópolis.



Figura 03 – Localização Santa Catarina – Sem escala

Fonte: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>

Modificações feitas pela autora.

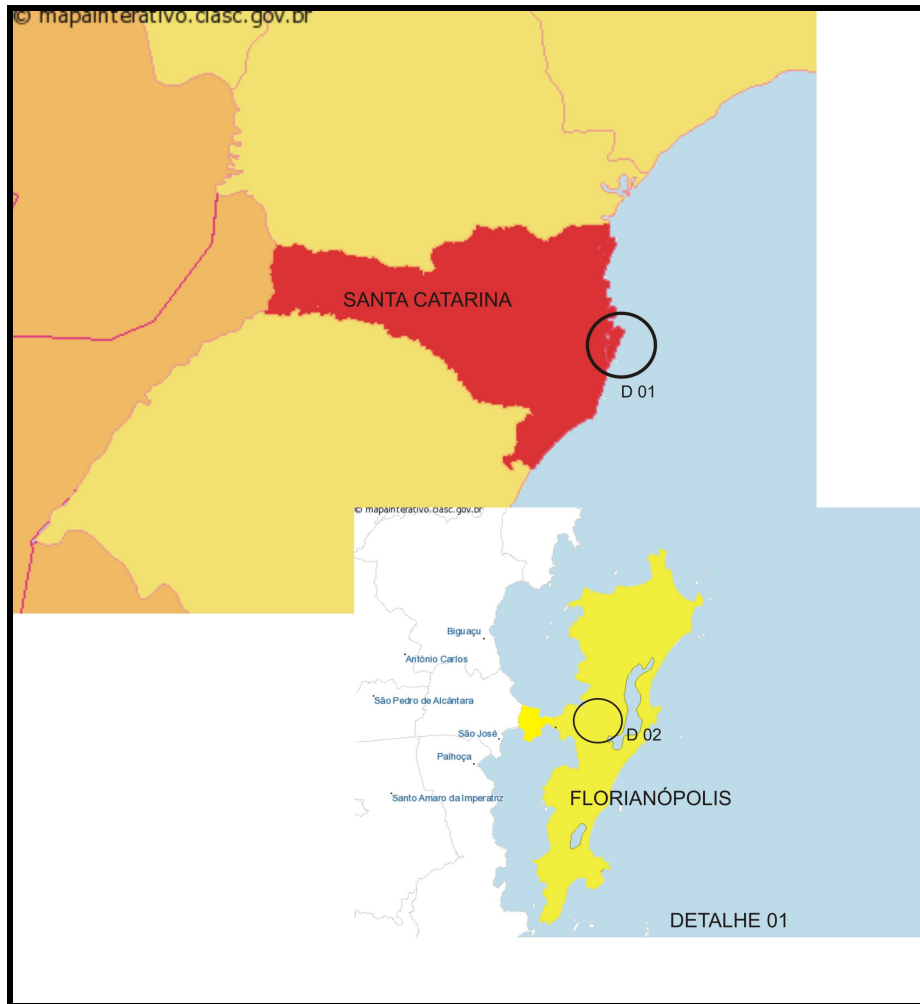


Figura 04 – Localização Florianópolis – Sem escala

Fonte: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>

Modificações feitas pela autora.

A área estudada encontra-se no Morro do Quilombo, no bairro Itacorubi, localizado na Bacia do Itacorubi, em Florianópolis, estando esta na parte leste da Ilha de Santa Catarina. A bacia do Itacorubi abrange os bairros Trindade, Córrego Grande, Santa Mônica, Itacorubi e Pantanal.



Figura 05 – Detalhe 02 - Bacia do Itacorubi – Localização Morro do Quilombo – Sem escala.

Fonte: Programa Google Earth (<http://earth.google.com/>)

Modificações e indicações feitas pela autora



Imagem 05 – Bacia do Itacorubi vista do alto do Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.

2.2 - CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS:

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Florianópolis (divulgado no site oficial) o município possui 436,5 km² de área, sendo composto pela Ilha de Santa Catarina e pela parte continental. A Ilha tem uma forma alongada, com 54 km de comprimento por 18 km de largura, e sua costa é bastante recortada (172 km lineares). Situa-se paralela ao continente e é separada deste por um estreito canal. Seu relevo apresenta uma morfologia descontínua, formado por cristas montanhosas, com altitudes que variam de 400 a 540 metros e por morros isolados com altitudes inferiores, intercalados de pequenas planícies.

De acordo com a mesma fonte, a situação litorânea e insular do município de Florianópolis propicia uma linha de costa formada por praias de águas calmas, baías, praias de mar aberto, costões, promontórios, mangues, lagunas, restingas e dunas. A ocupação urbana alterou quase que completamente sua pequena parte continental e tem causado impactos ao ambiente natural da ilha. Contudo, suas encostas íngremes ainda guardam

características da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) e da fauna por ela abrigada, e, nas pequenas ilhas vizinhas pertencentes ao município, ainda são mantidas condições de grande expressão ecológica.

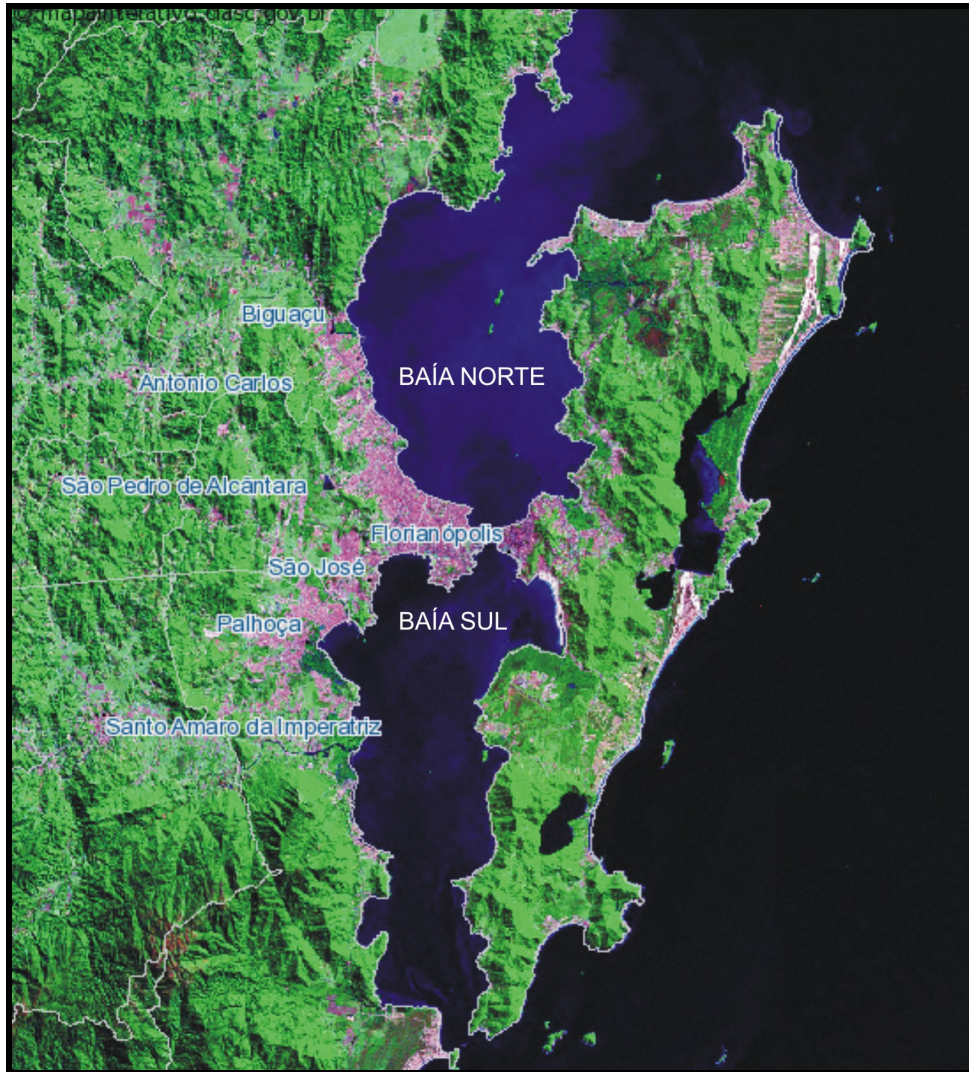


Figura 06 – Visualização das condições geográficas da cidade de Florianópolis (áreas na cor rosa são as urbanizadas e as verdes as áreas de vegetação) – Sem escala

Fonte: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>

De acordo com estudo realizado pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) em 1992 a região do Morro do Quilombo possuía uma

área estimada de 25.640 m² e encosta com declividades médias e elevadas com altitudes que variam de 70 a 130 metros. Em levantamento aerofotogramétrico também realizado pelo IPUF, em maio de 2001 observa-se que já existiam ocupações em altitudes de 165 metros.



Figura 07 – Morro do Quilombo – Sem escala

Fonte: Programa Google Earth (<http://earth.google.com/>)

Modificações e indicações feitas pela autora

2.3 - VEGETAÇÃO

As encostas do município de Florianópolis eram originalmente cobertas pela Floresta de Mata Atlântica. Essa floresta caracteriza-se por sua elevada densidade e heterogeneidade em espécies, que além de constituir um rico patrimônio genético, abriga e produz alimentos a um grande número de espécies faunísticas. (PMF, 2007)

Sobre a vegetação da Ilha de Santa Catarina, o site da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2007) diz o seguinte:

“A partir de 1750, com a chegada de colonos açorianos à Ilha de Santa Catarina, deu-se início a um processo de desmatamento em grande escala visando produção agrícola, principalmente, e a extração de madeira para uso naval, civil e mobiliário, além da produção de lenha para abastecimento doméstico e industrial (engenhos, olarias, caieiras e curtumes). Com o declínio da agricultura, houve o abandono de muitas áreas, resultando no desenvolvimento, na maior parte das encostas da Ilha de Santa Catarina, de uma mata secundária em diferentes estágios de regeneração - capoeirinha, capoeira, capoeirão vegetação secundária - ou apenas por vegetação pioneira. Outro fator de alteração foi o reflorestamento sem fim de exploração comercial, com espécies exóticas de crescimento rápido, essencialmente o pinus e o eucalipto, realizado em alguns locais do município. Somente em pequenas áreas, como nos morros do Ribeirão da Ilha e da Costa da Lagoa e nas encostas às margens da Lagoa do Peri, ainda encontra-se uma mata de aspecto fisionômico muito semelhante ao da floresta primária. Também nas encostas rochosas de solos rasos da Lagoinha do Leste ocorre ainda uma floresta primária pouco desenvolvida, formada por espécies rupestres.”

O Morro do Quilombo também é coberto por Floresta de Mata Atlântica, apesar de algumas partes terem sido desmatadas ao longo dos anos, devido às ocupações irregulares existentes no local.

2.4 - HIDROGRAFIA:

A rede hidrográfica de Florianópolis é formada por rios, córregos, lagoas, cachoeiras, além de riquíssimos depósitos subterrâneos, conhecidos como aquíferos. Além disso, possui as bacias hidrográficas do Pântano do Sul, Lagoinha do Leste, Lagoa do Peri, Rio Tavares, Lagoa da Conceição, Saco Grande, Ratonas e Itacorubi. (PMF, 2007)

No caso da Bacia do Itacorubi, onde a área a ser estudada está incluída, ela é drenada pelos rios Sertão, Córrego Grande, Itacorubi e seus afluentes, além de alguns canais de drenagem menores. (SANTOS, 2003, p.25)

O Morro do Quilombo é composto por duas principais vias de acesso: a Rua do Quilombo e a Rua da Represa. O morro é drenado pelo rio Itacorubi, onde no final da Rua da Represa encontra-se o local onde é realizado pela CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) o sistema de abastecimento de água no Córrego Ana D'Ávila ou Córrego do Itacorubi. Este sistema é composto pela represa, onde é feita a captação, seguida pela casa de química onde é feita desinfecção da água e ainda um reservatório para o armazenamento e distribuição. Segundo a CASAN (2007), cerca de 1.700 moradores são abastecidos com essa água.



Imagem 06 – Caminho por entre a mata fechada que leva até a represa no Córrego Itacorubi, localizada no Morro do Quilombo.

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 07 – Represa no Córrego Itacorubi, localizada no Morro do Quilombo –
Captação da água.

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Abril de 2007.



Imagem 08 – Represa no Córrego Itacorubi, localizada no Morro do Quilombo.

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Abril de 2007.



Imagem 09 – Represa no Córrego Itacorubi, localizada no Morro do Quilombo.

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Abril de 2007.



Imagem 10 – Casa de Química da Represa, localizada no Morro do Quilombo.

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Abril de 2007.



Imagem 11 – Reservatório da Represa, localizada no Morro do Quilombo.

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Abril de 2007.

2.5 - DEMOGRAFIA:

Segundo estimativas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Florianópolis possuía uma população de 406.564 habitantes em 2006. Grande parte desses habitantes tem origem portuguesa, destacando-se os colonizadores açorianos do século XVIII. Existem também descendentes de italianos e alemães que começaram a chegar na cidade no início do século, oriundos de colônias do interior do Estado, além dos imigrantes mais recentes, vindos no final do século XX, formados por populações dos estados vizinhos do Paraná e Rio Grande do Sul, além de São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com o censo de 2000 do IBGE, o Distrito Sede de Florianópolis, no qual a área a ser estudada está incluída, possuía uma população de 213.574 habitantes, sendo que o bairro do Itacorubi possuía 10307 pessoas.

Conforme estudo realizado pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) em 1992 o Morro do Quilombo era habitado por 85 famílias (366 pessoas), sendo que dessas famílias 61 (262 pessoas) eram consideradas pelo Instituto como população carente. Não foram encontrados estudos atualizados realizados pela prefeitura de Florianópolis com relação à comunidade do Morro do Quilombo.

2.6 - ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA

O Município não dispõe de informações sócio-econômicas atualizadas relativas à comunidade do Morro do Quilombo. A análise apresentada a seguir é fruto das observações da autora, com base em visitas e entrevistas dirigidas a lideranças locais e moradores mais antigos, realizadas neste período de pesquisa.

A comunidade do Morro do Quilombo vem sofrendo um processo de grande crescimento demográfico nos últimos anos. Vários terrenos de propriedade de órgãos governamentais e áreas de preservação ambiental foram invadidos, e construções, algumas precárias, foram instaladas. A ocupação do Morro é antiga, mas a princípio o número de moradores era reduzido. Esses antigos moradores são os que, em sua maioria, possuem uma condição sócio econômica que indica uma maior estabilidade social do que os moradores mais recentes, sendo que isso pode ser observado pela diferença das condições das habitações.



Imagem 12 – Na imagem pode-se observar a diferença das habitações estabelecidas por moradores antigos, que estão há mais de quarenta anos no local (à direita), e os moradores estabelecidos recentemente e que possuem habitações precárias, algumas localizadas em locais com risco de deslizamento (à esquerda).

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Abril de 2007.

Atualmente esta comunidade conta com abastecimento de água, energia elétrica (apesar de muitas casas ainda obterem esses serviços de forma clandestina), coleta de lixo, transporte público, e as vias principais foram asfaltadas pelo projeto “operação tapete preto”, da atual administração pública municipal. A região como um todo não possui rede de tratamento de esgoto cloacal, ficando a cargo dos moradores a implantação de fossas sépticas.

A população em vulnerabilidade social do Morro do Quilombo é constituída em sua maioria por famílias provenientes do interior, principalmente da região do planalto de Santa Catarina e da região oeste do Paraná além de alguns moradores do Rio Grande do Sul.

As diferenças culturais entre estes moradores e os mais antigos, que habitam a região desde a década de 1960, além dos descendentes de escravos (que foram os primeiros moradores do local), são muito grandes, muitas vezes gerando conflitos na comunidade. Os moradores mais antigos possuem condições de vida um pouco melhores, e atribuem aos novos

moradores o aumento da violência no local, além dos problemas ambientais causados na região. Muitas casas, recentemente instaladas, não possuem tratamento de seus resíduos e os moradores acabam jogando seus dejetos e lixos no Rio Itacorubi. A água que abastece essas residências advém de tubulações clandestinas ligadas à tubulação da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento).

A população em estado de vulnerabilidade social é composta por dois grupos. O primeiro é constituído por uma população envolvida na atividade de reciclagem de lixo, onde o processo de armazenamento e seleção do lixo reciclável é realizado dentro das próprias casas, o que atrai ratos e insetos para o local, trazendo doenças para adultos e crianças.

O segundo grupo se constitui por moradores que trabalham na construção civil ou como motoristas e vigilantes, no caso dos homens, e as mulheres como empregadas domésticas, ressaltando que a maioria das mulheres não trabalha. A renda média dessa população é de até três salários mínimos e o nível de escolaridade não é muito elevado.

3 – HISTÓRICO E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS.

3.1- HISTÓRICO DA URBANIZAÇÃO

Os primeiros vestígios de presença humana na ilha de Santa Catarina, que podem ser percebidos através dos sambaquis e dos sítios arqueológicos, datam de 4.800 a.C.. Os índios tupis-guaranis eram os habitantes da Ilha quando os europeus chegaram. Eles praticavam como atividade de subsistência a coleta de moluscos, a caça e a pesca, mas também praticavam a agricultura. (site da PMF, 2007)

Em 1675 Francisco Dias Velho, sua família e agregados dão início a povoação da ilha de Santa Catarina, fundando Nossa Senhora do Desterro, sendo este o segundo núcleo de povoamento do Estado. (PMF, 2007)

Com a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina em 1738, precisava-se garantir o povoamento da Ilha. Por este motivo a Coroa portuguesa incentivou a vinda de famílias açorianas e madeirenses para a ilha entre 1748 e 1756. (PMF, 2007)

Segundo a mesma fonte, no século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade; tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais. Projetou-se a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos, entre outras obras urbanas. Foi neste século que ocorreu a migração de alemães para as cidades vizinhas à Florianópolis.

Com o advento da República (1889), as resistências locais ao novo governo provocaram um distanciamento do governo central e a diminuição dos seus investimentos. A vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto determinaram em 1894 a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em homenagem a este oficial.

No início do século XX, aconteceram em Florianópolis grandes transformações. Foi nessa época que ocorreu a implantação das redes básicas de energia elétrica e do sistema de fornecimento de água e captação do esgoto. A construção da ponte Governador Hercílio Luz, ligando o bairro Estreito, no continente, ao bairro do Centro na Ilha de Santa Catarina, também foi um grande acontecimento para o início do desenvolvimento urbano da cidade. A construção da ponte, em 1926, fez com que a relação da ilha com a parte continental e com as cidades do interior se estreitasse. Diversas modificações tiveram de ser feitas na malha viária para adaptá-la a nova ponte. (TEIXEIRA, 1998)



Figura 08 – Localização das pontes que ligam a Ilha ao continente atualmente
– Sem escala

Fonte: Geogua Florianópolis

Modificações e indicações feitas pela autora

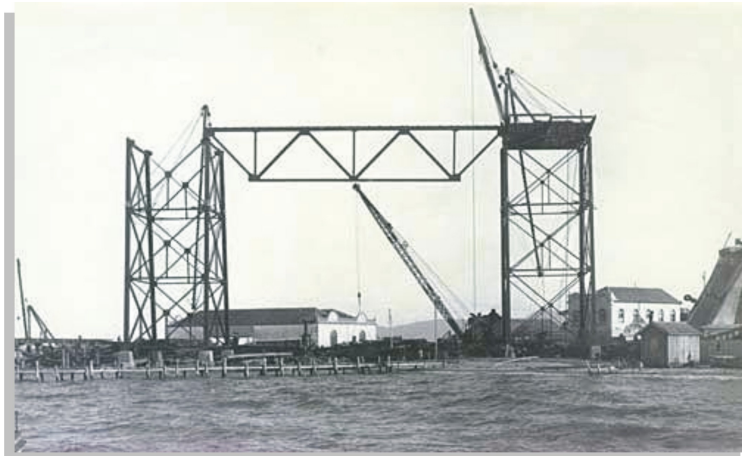


Imagem 13 – Construção da Ponte Hercílio Luz em 1923

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível em www.ihgsc.org.br/



Imagem 14 – Construção da Ponte Hercílio Luz em 1923

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível em www.ihgsc.org.br/

Segundo Veiga (1993), é também no século XX que a atuação do Estado no contexto urbano se intensifica, aumentando o volume de funcionários públicos, transformando dessa forma o contexto econômico de Florianópolis, que passa então a ser mantida basicamente pelo crescimento desse setor, através dos investimentos federais e estaduais, mantendo uma pequena produção agrícola e industrial.

Com relação ao crescimento populacional e urbano nas décadas de 1940-50, PELUSO (1991, p.35), expõe:

“Os loteamentos de chácaras, pouco freqüentes até 1940, intensificaram-se. Como resultado do crescimento populacional do decênio 1940-1950 à taxa geométrica anual de 3,15%. A paisagem da área central da cidade passou a se modernizar com a concentração de edificações e o aparecimento dos primeiros prédios com características mais verticais. A classe menos favorecida economicamente instalou-se no morro ou dirigiu-se para a parte continental da cidade. Ainda na década de 1940, foi construída a Avenida Mauro Ramos, importante via de acesso em direção ao leste da ilha.”



Imagem 15 – Vista do Centro de Florianópolis em 1930.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível em www.ihgsc.org.br/

Na década de cinquenta outras ruas tiveram de ser implantadas devido ao aumento da população e ao desenvolvimento urbano. Este período também deve ser considerado pelo grande crescimento do comércio local. É nessa época também, que surgem os edifícios residências e comerciais com oito ou mais pavimentos. (TEIXEIRA, 1998, p.25)

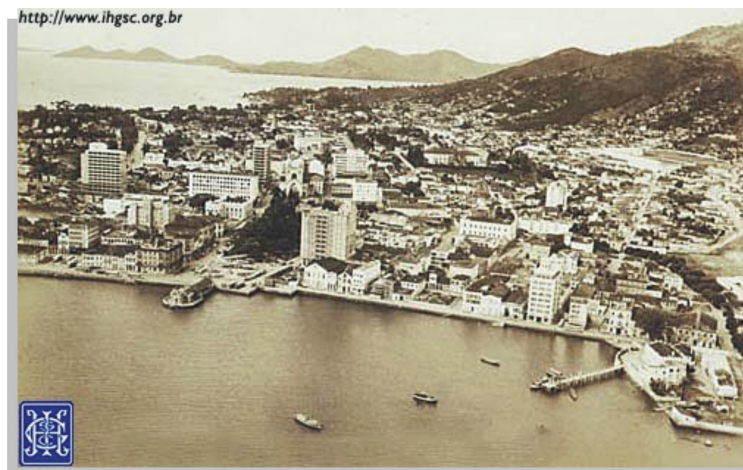


Imagem 16 – Vista do Centro de Florianópolis na década de 1960.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível em www.ihgsc.org.br/

De acordo com as informações colhidas nas entrevistas com os moradores do Morro do Quilombo, nesta época, somente afro-descendentes viviam no local. Eles plantavam café e “queimavam carvão e levavam nas costas até o mercado”. As mulheres eram na sua maioria lavadeiras. Sr. M.F., 64 anos, afro-descendente e morador do Morro do Quilombo desde o nascimento, relata que caminhava a pé até o Mercado Público no centro da cidade para entregar as roupas que sua mãe lavava para as clientes. Ele informa que, antes da década de 1960, existiam apenas seis casas na rua sendo que eram todas de estuque. Seu pai era dono de muitos lotes, mas acabou vendendo todos por preços baixos, pois na época a terra não era valorizada. Sr. M.F. relata que nessa época não existiam carros passando na rua, que na verdade era apenas uma trilha onde passavam carroças e pedestres.

Através das transformações urbanas que ocorreram em Florianópolis, principalmente a partir da década de 1960, a cidade passou a se expandir além do centro em direção aos bairros da Bacia do Itacorubi (Trindade, Itacorubi, Córrego Grande e Pantanal) (ver Figura 05), às praias ao norte da ilha, e em direção à parte continental, fundindo-se com as cidades de São José, Biguaçu e Palhoça, com as quais forma atualmente a região conurbada. (ver Figura 04 e 06). (VEIGA, 1993, p. 37)

A evolução urbana da década de 1960 segundo PELUSO (1991, p.35):

“A década de 1960 foi a mais expressiva para a evolução do plano urbano, com crescimento populacional de 4,57%. Diversos fatores contribuíram para este crescimento, como a construção da Avenida Rubens de Arruda Ramos, conhecida como Beira-mar Norte, considerada a obra de maior importância para o plano urbano de Florianópolis nos anos de 1960. Porém dois fatores foram considerados fundamentais: a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a construção da BR-101.”

Segundo estudos acadêmicos desenvolvidos na UFSC, o início da ocupação intensa da bacia do Itacorubi, onde está inserida a área a ser estudada (Morro do Quilombo no bairro Itacorubi), deu-se na década de 1960 após a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina no bairro da Trindade e da instalação de sedes de órgãos públicos nos outros bairros da bacia. (ver Figura 09)

O bairro Itacorubi, onde hoje está inserida a comunidade do Morro do Quilombo era uma localidade rural na década de 1960 e os poucos moradores se dedicavam à criação de gado leiteiro. No entanto o governo passou a instalar diversas sedes de órgãos públicos no bairro a partir desta década, dos quais podemos destacar: O Centro de treinamento da EPAGRI m 1964, a Secretaria da Agricultura, ACARESC, EMPASC e CARPESC em 1975, tendo as três últimas sofrido uma fusão formando hoje a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Difusão Tecnológica de Santa Catarina em 1986; CCA/UFSC (Centro de Ciências Agrárias da UFSC, em 1977; CIDASC (Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina em 1982; CIASC (Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina) em 1975, TELESC (Telecomunicações de Santa Catarina em 1976; UDESC (Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina); CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina em 1990; CREA (Conselho regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina; entre outros.



Figura 09 – Empresas instaladas no Itacorubi a partir da década de 1960 – Sem escala.

Fonte: Programa Google Earth (<http://earth.google.com/>)

Modificações e indicações feitas pela autora

Foi nessa época que começaram a chegar os primeiros moradores não afro-descendentes à localidade do Morro do Quilombo. Estes moradores são em sua maioria provenientes de Santo Amaro da Imperatriz, SC (ver Figura 04 e 06). Sr. A.F., 81 anos foi o primeiro morador dessa cidade a morar no local, pois era funcionário da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) onde tinha como função zelar e preservar a represa (ver Imagens 06 a 11). Sr. P.S., 71 anos, também proveniente de Santo Amaro da Imperatriz, mudou-se para a localidade em 1966, pois ficou sabendo através do Sr. A.F., casado com sua prima, que os terrenos eram vendidos por um baixo custo. Ele relata que saiu de sua cidade, pois lá a única oportunidade de emprego era o trabalho na roça, e a renda mensal era muito baixa. Sra. H.D., 75 anos e também proveniente de Santo Amaro da Imperatriz, veio para o Morro do

Quilombo pelos mesmos motivos do Sr. P.S., no entanto ela chegou alguns anos antes. De acordo com a mesma, ela e sua família foram os segundos moradores a vir de Santo Amaro da Imperatriz para o Morro do Quilombo.

Estudos acadêmicos caracterizam a década de setenta como a de grandes investimentos estatais na cidade de Florianópolis, principalmente nos bairros da região da bacia do Itacorubi, onde está inserida a UFSC. Nesta mesma década foi consolidada a atividade turística na ilha muito ajudada pela conclusão da BR-101. A partir de então, estendendo-se até os dias atuais, milhares de pessoas passaram a visitar a ilha nos meses de verão. As construções nos balneários, antes isolados do centro e com uma baixa população, começaram a crescer rapidamente, fazendo com que os problemas da baixa infra-estrutura da cidade comesçassem a aparecer. Áreas de preservação permanente começam a ser ocupadas e construções acumuladas onde sequer redes coletoras de esgotos existem, iniciando desta forma a poluir rios e o mar da ilha de Santa Catarina.

No Bairro do Itacorubi, foi também nessa época que ocorreram investimentos estatais. Com relação à situação das vias de acesso ao Bairro nesta década FACCIO (1997, p.120), dispõe:

“As ligações viárias entre o centro da cidade e o Itacorubi eram muito precárias. Estava em construção a rodovia SC-401, atual trecho da Av. da Saudade, que melhoraria o tráfego, mas até a sua conclusão não havia acesso por este caminho. Para se chegar ao Itacorubi, era necessário percorrer um caminho cheio de atalhos. Para quem vinha do centro da cidade, percorria-se a estrada em direção à Trindade até a Academia de Polícia, desse ponto em diante até o Itacorubi era necessário atravessar o terreno da academia e terminar o percurso por uma estrada de terra, onde hoje cresceu o bairro Santa Mônica.”



Figura 10 – Vias de Acesso ao Itacorubi– Sem escala

Fonte: Programa Google Earth (<http://earth.google.com/>)

Modificações e indicações feitas pela autora.

O mesmo autor (FACCIO, 1997, p.121) destaca que na época em que foram instalados órgãos como a Telesc, o Itacorubi ainda não possuía estruturas de bairro, era apenas um distrito que ainda era considerado distante do centro da cidade, devido aos seus precários acessos. Inclusive houve grande resistência dos funcionários dessas empresas à transferência das mesmas para o Itacorubi.

A instalação desses órgãos promoveu através dos anos o adensamento urbano da região, a valorização fundiária, o crescimento do comércio e da construção civil. Muitos trabalhadores dessas empresas preferiram instalar-se nas proximidades do Itacorubi, nos loteamentos Parque São Jorge e Santa

Mônica (ver Figura 07) que surgiram em consequência da demanda de moradias para a classe média alta formada por alguns desses funcionários, tendo estes loteamentos sido construídos em áreas de mangue, consideradas como áreas de preservação permanente.

A transferência desses órgãos públicos para bairros não urbanizados (Bacia do Itacorubi), principalmente na década de 70, foi um dos fatores que mais contribuíram para a expansão e transformação urbana de Florianópolis. Algumas das consequências dessa expansão urbana foram o crescimento populacional, aumento da população migrante em relação à população nativa, ampliação da classe média, expansão da malha urbana, especialização maior do setor de serviços, entre outros. (FACCIO, 1997, p. 133)

Na década de 1980 ocorreu de forma mais intensa o primeiro fluxo migratório à Florianópolis, que era formado por pessoas vindas dos estados vizinhos para preencher as vagas de emprego oferecidas pelas empresas governamentais recém instaladas principalmente nos bairros da Bacia do Itacorubi, ocupando ainda mais os loteamentos de classe média, construídos em áreas de mangue. (CECCA, 1997, p.169)

Os anos de 1990 se caracterizaram pelo grande fluxo turístico em todo o litoral catarinense. Calcula-se que mais de um milhão de pessoas passaram pelas praias catarinenses nos meses de verão, durante os primeiros anos desta década, deixando, além de um saldo financeiro elevado, uma grande perda no aspecto da deteriorização do patrimônio ambiental da cidade. (TEIXEIRA, 1998 p. 28)

O segundo fluxo migratório para Florianópolis, que vem ocorrendo a partir da década de 90 até os dias atuais é formado por famílias provenientes de áreas agrícolas ou de cidades urbanas como Joinville, Lages e Chapecó, que lhes ofereciam péssimas condições de vida. Essa população veio para a cidade atraída pela promessa de acesso a melhoria de vida que seria oferecida pela capital do Estado. Buscando empregos que poderiam ser oferecidos pela construção civil e pela classe média formada por servidores públicos, esta população procurou se estabelecer o mais próximo possível do centro da cidade e conseqüentemente das possibilidades de trabalho. Como não foi criada em Florianópolis uma infra-estrutura urbana para esta população, eles acabaram por ocupar, principalmente, áreas de encostas que circundam o

centro urbano da cidade, que já eram ocupadas por populações locais, também com baixo poder aquisitivo. (CECCA, 1997, p.170)

Sobre os fluxos migratórios e as transformações ocorridas na cidade através deste processo CECCA (1997, p.171) expõe:

“A população urbana, que vivia próxima ao centro, em grande parte nas encostas do Morro da Cruz (Morro da Mariquinha, Morro da Caixa, Morro do Mocotó e Morro do Saco dos Limões), também sofreu os impactos das transformações desencadeadas na década de 60. Formadas predominantemente por famílias pobres, algumas dessas localidades eram habitadas quase que exclusivamente por famílias de origem afro-brasileiras que viviam dos serviços urbanos. Estas localidades passam a sofrer a pressão dos migrantes pobres que procuram a ilha num processo de adensamento das áreas já ocupadas (um processo por vezes conflituoso e com limites étnicos espaciais bastante claros), com queda na qualidade de vida da área (problemas de contaminação das águas e de desabamentos). Além disso, a extensão da infra-estrutura urbana a várias dessas áreas (calçamento, água encanada, etc.) fez com que houvesse uma valorização dos terrenos. E, mais recentemente, o padrão de ocupação das casas começa a se alterar, desencadeando, também aí, o processo de expulsão da população mais pobre que tem se deslocado para os morros da Costeira e às regiões próximas ao aeroporto, onde predomina uma população resultante dos fluxos de migração interna da Ilha. O choque das transformações urbanas foi sentido por este grupo, a partir do aprofundamento das diferenciações sociais, da diminuição da oferta de emprego e do adensamento populacional. No caso das populações de origem afro-brasileiras ampliam-se ainda mais as relações hierárquicas, estabelecendo chances de acesso diferenciadas e marginalizando-as de forma mais acentuada.”

Nos dias atuais Florianópolis é uma cidade em expansão que atrai cada vez mais habitantes a procura de belezas naturais e da tão divulgada qualidade de vida da capital catarinense. Muitas dessas pessoas chegam à cidade sem ter onde trabalhar e morar e deparam-se com a realidade: assim como a maioria das cidades brasileiras, Florianópolis também não oferece alternativa de habitação e emprego para os cidadãos com baixo ou nenhum poder aquisitivo e baixa escolaridade. Um crescimento demográfico acelerado que carece de uma política urbana capaz de dar conta das demandas sociais geradas por este crescimento. Desta forma, as pessoas acabam se instalando nas áreas livres, principalmente nas encostas das áreas de preservação

ambiental, mas também em mangues e dunas, ajudando assim a formar as comunidades em vulnerabilidade social, conhecidas como “favelas”.

No entanto estas comunidades já existiam antes, aqueles que vêm de fora apenas ajudam a crescer o número de moradores e as problemáticas do local, como a falta de saneamento básico e a violência. Além disso, não existe uma fiscalização ou apoio do poder público com relação a essas construções, prejudicando dessa forma a preservação do meio ambiente e expondo a população a riscos como desmoronamentos de encostas e a construção de moradias inadequadas que oferecem perigo aos seus habitantes.

Atualmente o bairro Itacorubi possui grande número de moradores e tráfego viário intenso em sua principal Avenida, a SC-404, que corta o bairro, ligando o mesmo com o norte da ilha, a Av. Beira-mar Norte, e com a Lagoa da Conceição. A Avenida Madre Benvenuta que possui uma parte no bairro Itacorubi e outra parte no bairro Santa Mônica, também possui tráfego intenso, tendo se intensificado ainda mais com a inauguração de um grande Shopping Center em 2007, construído em área de mangue.

A densidade demográfica do bairro está se intensificando nos últimos anos como indicam as construções de diversas torres de condomínios residenciais ao longo da Av. Amaro Antônio Vieira e Pastor Willian Richard Schisler Filho (ver imagem 17), principais vias de acesso ao interior do bairro. As construções de habitações na comunidade do Morro do Quilombo também vêm crescendo de forma acelerada nos últimos anos, principalmente as ocupações vulneráveis na área de encosta do bairro (ver Imagem 20 até 28). Este processo indica uma aceleração da segregação social e espacial na região.



Imagem 17 – Av. Amaro Antônio Vieira – Verticalização que vem acontecendo no bairro Itacorubi nos últimos anos.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/800500>

Acessado em 29 de junho de 2007.

3.2 – QUILOMBOS

3.2.1 – QUILOMBOS NO BRASIL

Atualmente a população afro-descendente na América passa de 140 milhões de pessoas, formando assim um terço da sua população total. No período escravocrata 15 milhões de africanos foram trazidos de forma violenta de suas terras para servir de escravos neste continente. No caso Brasileiro, aproximadamente 40% desses africanos foram trazidos para servir de mão de obra escrava nas fazendas, plantações, cidades e minas. Essa população contribuiu muito para a cultura e a vida social do país, pois a escravidão ocorreu no Brasil de forma distribuída, ou seja, a maioria das regiões do país possuía mão de obra escrava para os mais diversos trabalhos. Contudo, os negros não aceitaram essa dominação facilmente. Prova disso são as formações de quilombos em praticamente todo o país. (COHRE, 2007)

Na língua africana Ioruba, “quilombo” significa “habitação”. Os quilombos surgiram nas Américas como forma de protestos dos escravos as condições de vida que lhes foram impostas. Eles serviam como uma tentativa dos escravos de restabelecer sua cultura, seu modo de vida e sua liberdade. (COHRE, 2007)

Para REBELATTO (2006, p.5-6) os quilombos não chegaram a representar uma ameaça grave para o sistema escravista brasileiro, pois em sua maioria, tinham como objetivo preservar sua cultura longe dos senhores, que acabavam por impor sua própria cultura para os negros. Sobre este tema ainda relata:

“Isso nos mostra, principalmente, dois pontos importantes: na maioria das vezes os quilombolas não pretendiam acabar com o sistema escravista e, em contrapartida, nem todo quilombo era alvo do ódio da população, ou pelo menos de parcela desta. Em relação ao primeiro ponto é importante destacar que a questão da liberdade para os cativos passava muito mais pela manutenção de seus direitos adquiridos ou considerados como justos do que pelo fim da escravidão. Ou seja, na maioria dos casos, a luta dos escravos estava mais relacionada com melhorias na sua forma de vida - individual e/ou coletiva - do que com o rompimento total com o sistema escravista. A partir de meados do século XIX este quadro se altera um pouco, principalmente nos grandes centros onde o movimento abolicionista era mais forte e incentivava as lutas pelo fim da escravidão. (REBELATTO, 2006, p. 7-8)”

3.2.2 – QUILOMBOS NA ILHA DE SANTA CATARINA

A escravidão negra em Santa Catarina não foi tão significativa numericamente como em outros estados brasileiros. Isso se deve ao fato de que existiam poucas propriedades agrícolas de grande extensão, não tendo a população local grandes recursos para adquirir elevado número de escravos. As atividades dos escravos no Estado eram basicamente serviços domésticos ou urbanos, pescaria e pastoreio. O maior número de escravos se deu no litoral e no Planalto. (PENNA, 2005, p.20-21)

Conforme o censo de 1872, os escravos na Ilha de Santa Catarina totalizavam 3360, sendo que os libertos eram 3888. (PENNA, 2005, p.72)

Apesar do número de escravos não ser significativo, a situação desses da ilha não foi diferente dos outros locais do Brasil. Aqui também os escravos não aceitavam o tipo de vida imposto pelos senhores. Eles então fugiram e formaram quilombos. (REBELATTO, 2006, p.16)

Há registros desde o século XVIII que indicam que as fugas de escravos e a formação de quilombos já incomodavam as autoridades locais. Os quilombolas eram responsáveis por roubos, mortes e perturbações na ilha. Inclusive nesta época foi criado o cargo de capitão do mato, para que as fugas diminuíssem. (REBELATTO, 2006, p. 17)

O primeiro quilombo encontrado próximo a Ilha de Santa Catarina pelas autoridades, data do final do século XVIII, e foi localizado na parte continental próximo ao rio Itajaí-Mirim, provavelmente perto da cidade atualmente denominada Angelina. Esperava-se encontrar ali um grande quilombo, mas apenas um casal de escravos estava no local. Acredita-se que o quilombo servia de passagem para escravos fugitivos. Este casal contou que moravam ali havia 18 anos. A alimentação era feita através da caça e da coleta. (REBELATTO, 2006, p. 25-27)

Em 1822 há novos indícios de quilombos, como mostra REBELATTO (2006, p.30):

“Ainda em dezembro de 1822 há novos indícios de quilombos. Em correspondência entre o Governador e o Juiz de Fora há informações de que estava sendo autorizada uma nova investida contra vários locais onde se achassem aquilombados pretos fugidos, pois uma primeira busca realizada não havia sido eficaz. Isso mostra que os quilombos estavam perturbando a população, o que justificava o empenho das autoridades em combatê-los mesmo diante de um primeiro fracasso.”

Os documentos históricos indicam que não foram poucos os quilombos na Ilha de Santa Catarina e seus arredores. No entanto esses documentos não costumam indicar locais exatos dos quilombos, o que pode ser uma indicação da mobilidade e da estrutura pouco complexa desses quilombos. Relatam também o incômodo que esses causavam aos moradores da Ilha, pois os escravos fugitivos praticavam roubos e furtos. A formação dos quilombos foi uma forma de reivindicação escrava, que acabou remodelando alguns

aspectos da escravidão, pressionando para o fim da mesma. (REBELATTO, 2006, p. 31 e 59)

A partir de 1850 os registros sobre a formação de quilombos diminuem significativamente. A partir desta data somente existem dois registros de quilombos na ilha: “*um no Rio Vermelho e uma batida policial que apreende negros em um mato*”. (REBELATTO, 2006, p. 57)

Apesar do baixo número de escravos na Ilha de Santa Catarina e também em todo o estado, os afro-descendentes deixaram numerosa contribuição cultural, como nos mostra CECCA (1997, p. 62):

“Em que pese à contínua defasagem demográfica, aliada à condição do escravo, em comparação à população livre, a influência cultural dos negros é considerável. Veja, por exemplo, as técnicas de pesca como a atração do peixe pela luz e o uso de físgas e covos. Ao calendário católico acrescentam as suas próprias celebrações, como as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Imprimiram seus próprios ritos, tais como o candomblé e a umbanda. Danças dramáticas, como a do Cambuci em Florianópolis e Araquari. Folguedos como Boi-de-mamão, que em Santa Catarina adquiriu feição particular, resultante do contato com os açorianos. Também a forte musicalidade expressa no Carnaval, no samba, nos batuques e na dança da capoeira.”

Devido ao pequeno número de escravos, o processo de abolição da escravidão foi um pouco mais brando que em outras localidades. Alguns autores relatam que Desterro teria abolido a escravidão mesmo antes do dia 13 de maio de 1888, data oficial da abolição no Brasil. (PENNA, 2005, p.20-21) Segundo PIAZZA (1991, p. 125), em 24 de março de 1888 não existiam mais escravos em Desterro.

Não foram encontrados relatos sobre a existência de um quilombo na região estudada. No entanto os moradores antigos relatam que antes da década de 1960 apenas afro-descendentes residiam no local, mas eram em pequeno número, sendo mais ou menos cinco famílias no total. Esses afro-descendentes viviam da plantação do café e ainda fabricavam carvão. Sr. M.F. (64 anos), conta que nasceu no Morro do Quilombo e pelo que se lembra seu pai também sempre morou no local. No entanto não se tem certeza da data exata em que estes afro-descendentes teriam chegado ao local e há dúvidas sobre a existência de um quilombo. Sr. M.F. pensa que o “*nome foi dado apenas porque no local só moravam negros e que não existe relação com a*

época dos escravos". Contudo os relatos já citados no texto mostram que, os escravos mudavam o quilombo de lugar muitas vezes e que ocupavam morros da região da Lagoa da Conceição, localidade vizinha ao bairro do Itacorubi, onde está inserido o Morro do Quilombo (ver Figura 05). Isto leva a pensar que existiria a possibilidade de alguns escravos fugidos terem se estabelecido no local.

3.3 - PROBLEMAS DA URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS.

Nas grandes cidades brasileiras, o processo de urbanização vem se caracterizando, entre outras coisas, pela ocupação desordenada e pelas elevadas taxas de densidade urbana, provocando problemas com relação ao fornecimento de energia, infra-estrutura e serviços. No caso das populações do Terceiro Mundo o problema mais grave vem sendo a falta de saneamento básico, principalmente nas áreas mais carentes. (CECCA, 1997, p. 130)

Atualmente no Brasil cerca de 80% da população vive em áreas urbanas. O fenômeno da urbanização ocorreu no país de forma muito rápida (na década de 60 apenas 44% da população era urbana), o que pode ter proporcionado este desequilíbrio entre o desenvolvimento das cidades e os cuidados ambientais necessários para que esse desenvolvimento ocorra de forma sustentável. No entanto, tanto o governo como a população em geral, tem dado pouca importância para os problemas ambientais, apesar de muitos já estarem sofrendo com a falta de planejamento ambiental nas grandes cidades, independente de classes sociais. (CECCA, 1997, p.131)

O intenso processo de urbanização que ocorre em Florianópolis nas últimas décadas vem gerando problemas ambientais como ocupação de encostas e margens fluviais, (desmatamento e a poluição das águas), ocupação de áreas de mangue (ameaça o ecossistema destas áreas); além da falta de saneamento básico em áreas densas da cidade. Estas situações causam risco na saúde e integridade física dos habitantes, uma vez que deslizamentos, enchentes e falta de água potável são problemas cada vez mais enfrentados pela população. (CRISTO, 2002, p. 02)

Os prejuízos ao meio ambiente ficam evidentes em muitas áreas da cidade, enfrentando problemas como enchentes, ou por terem sido urbanizadas regiões de mangue (por ex. loteamentos de classe média Jardim Santa Mônica e Parque São Jorge, regiões próximas a área estudada (ver Figura 07), ou ainda, por estarem localizadas em regiões onde as ruas asfaltadas impermeabilizam o solo (por ex. Avenida Beira-Mar Norte), ou por terem sido construídos em locais inapropriados para o escoamento da água (por ex. loteamento de classe baixa do bairro Monte Verde). Nas áreas de encostas as fortes chuvas também fazem com que ocorram deslizamentos nas habitações das populações mais carentes, que na maioria das vezes foram construídas de forma precária. A valorização das áreas centrais e de balneário da cidade tem empurrado essa população para as partes mais altas e íngremes dos morros da capital, aumentando desta forma os riscos de deslizamentos.

Na área foco de estudo deste trabalho, Morro do Quilombo, já ocorreram desastres em decorrência de enxurradas, devido à poluição do Rio Itacorubi e também às construções de moradias precárias e muito próximas ao Rio.

Sobre o futuro de Florianópolis com relação à parte ambiental CECCA (1997, p.29) declara:

“O modelo atual de crescimento urbano vigente na ilha de Santa Catarina privilegia o adensamento, a verticalização das construções e o transporte individual, levando à crescente impermeabilização do solo. O incentivo ao aumento da população e à circulação de automóveis vai ampliar a produção artificial de calor e as emissões de partículas de poeira, fumaça e gás carbônico (CO₂) no ar. A concentração de edificações e a intensa circulação poderão tornar mais nítida a ilha de calor já esboçada na área central. A amplificação de material particulado no ar aumentará a ocorrência de nevoeiros e chuvas, e a impermeabilização dos solos agravará o risco de enchentes.”

Nos 250 anos de colonização efetiva, a Ilha de Santa Catarina teve uma enorme degradação de suas áreas naturais. Muitas foram paisagisticamente recuperadas pelo fato da prática da agricultura ter perdido sua força, mas, no entanto seus potenciais bióticos ainda se encontram reduzidos. Sendo que muitas espécies de animais foram extintas. Cerca de 50% das espécies de mamíferos de médio e grande porte tiveram como destino a extinção na Ilha de Santa Catarina. Suas baías estão poluídas, restringindo inclusive o poder de

desenvolvimento de um importante setor da economia primária – a pesca e a maricultura. (CECCA, 1997 p. 95).

Através de entrevistas com antigos moradores do Morro do Quilombo, sabe-se que a quantidade de animais no local era muito maior do que hoje. Sr. P.S. (71 anos) conta que quando foi morar no Quilombo em 1966, havia muitos animais como macacos, quatis, tatus, e aves como tucanos e aracuãs. De acordo com Sr. A.F., que foi morar no Quilombo em 1960 e era funcionário da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), a quantidade de animais e plantas no local era muito variada e a mata era muito densa. Ele relata que quando foi contratado para cuidar da represa “passou dois dias abrindo caminho para dentro da mata até chegar ao local da represa, onde se instalou com sua família” (ver Imagem 06, 18 e 19). Atualmente existem cada vez mais ocupações irregulares se aproximando da área da represa. Todos os moradores entrevistados contam que o Rio Itacorubi era limpo antes das ocupações irregulares fazerem parte do Morro do Quilombo. Os moradores inclusive abasteciam-se dela para beber e preparar alimentos, e as crianças banhavam-se no local. Hoje a poluição da água não mais permite o uso da mesma sem tratamento adequado. Os animais já não existem mais em abundância, tendo alguns mesmo desaparecido ou foram expulsos para as partes mais altas do morro, ainda não ocupadas.



Imagem 18 – Mata no alto do Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 19 – Mata do Morro do Quilombo ao lado da Represa

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.

Segundo CRISTO (2002, p. 9), o desenvolvimento de outros bairros de Florianópolis, além do centro da ilha, proporcionou o surgimento de novos aglomerados urbanos, incentivando o comércio e a especulação imobiliária, fazendo com que as populações mais carentes vendessem seus lotes e se deslocassem para locais mais afastados e de difícil acesso. Assim começam a surgir os primeiros núcleos urbanos ocupando encostas, ocorrendo o aumento dessa população posteriormente com população originária do campo em função do êxodo rural.

Em Florianópolis a migração das populações pobres, vindas do meio rural em sua maioria, é vista como uma ameaça à ordem da cidade. Já no caso das populações de mais alta renda, essa migração é vista como condutora do progresso e do desenvolvimento. Contudo, o que se pode perceber é que do ponto de vista ambiental, são as classes de maior poder aquisitivo que mais vêm contribuindo para a destruição e alteração ambiental na cidade. (CECCA, 1997 p. 114) É preciso entender, que qualquer tipo de ocupação que cause qualquer impacto ambiental deveria ser fruto de uma adequada avaliação e planejamento.

O processo de expansão urbana, culminando na ocupação de encostas e falta de infra-estrutura, acontece devido a diversos fatores, podendo ser citados o aumento populacional, a falta de condições financeiras dessa população para adquirir imóveis em locais mais apropriados e ainda a falta de políticas públicas de planejamento das cidades. (CRISTO, 2002, p. 32)

Apesar do fenômeno da urbanização já ser considerado um processo irreversível na sociedade moderna, o processo de grande concentração das cidades deve ser urgentemente resolvido, pois já é possível perceber que esse fenômeno é ecológica e socialmente insustentável. Essa resolução é um dos maiores desafios da atualidade, pois depende de mudanças culturais e tecnológicas que, felizmente, já começaram a se manifestar nas últimas décadas. (CECCA, 1997, p. 108)

Mesmo com todos os problemas encontrados, Florianópolis ainda é uma cidade que pode ser considerada com condições de possuir um ordenamento urbano coerente com as condições físicas e sociais da cidade, pois as taxas de ocupação de seu território ainda não inviabilizaram a possibilidade de uma intervenção urbana e social. Porém é necessário que ocorra por parte da

população, uma pressão para que atitudes sejam tomadas pelos governantes, a fim de tornar o contexto urbano de Florianópolis um espaço que seja social e ambientalmente coerente com as características da cidade, localizada em sua maior parte em uma ilha com diversas regiões de interesse de conservação ambiental.

O discurso de preservação ambiental em Florianópolis é um fenômeno recente, tendo sido incorporado aos poucos, a partir de 1989. Antes os defensores do meio ambiente eram considerados pela população local, como inimigos do desenvolvimento da cidade. (CECCA, 1997, p. 180) Por isso, precisamos aproveitar que uma parte da população vem se conscientizando sobre o problema ambiental da cidade e buscar apoio do poder público para expandir a idéia da preservação do que ainda não foi destruído e da recuperação do que ainda pode ser resgatado. Somente com o apoio de toda a população poderemos garantir a sustentabilidade ambiental de Florianópolis.

3.4– SURGIMENTO DAS FAVELAS NO BRASIL E NA ILHA DE SANTA CATARINA

A denominação “favela” surgiu de uma planta existente no sertão e que foi dado seu nome a um morro – morro da Favella – que era ponto estratégico dos soldados na luta de Canudos. Esses soldados, quando voltaram a capital federal em 1897, na época a cidade do Rio de Janeiro, passaram a ocupar o morro da Providência e o denominaram morro da Favella, fazendo referência ao de Canudos. Assim acabou-se denominando favela o conjunto de aglomerações de moradias precárias existentes no Rio de Janeiro. Em 1920 já era possível observar nos jornais essa denominação, que mais tarde difundiu-se por todo o país. (JACQUES, 2003, p.17-18)

As primeiras construções de um barraco na favela são feitas normalmente com materiais recolhidos na rua pelo próprio construtor, que é na maioria das vezes o próprio dono do barraco. Vizinhos e parentes acabam ajudando nessa primeira construção, que tem por objetivo um abrigo inicial para a família em questão. Esse abrigo é extremamente precário, no entanto é só a base para a futura evolução. Os materiais para esta construção

constituem-se, na maioria das vezes, em placas de madeira ou latões para as paredes e plásticos ou também latões para o teto. Assim que materiais mais adequados são encontrados pela cidade, o favelado vai substituindo esses materiais mais precários. No início o barraco costuma ter apenas um cômodo que vai se expandindo com o passar do tempo. O morador da favela tem que ter uma grande capacidade e adaptação e de imaginação para poder construir sua moradia. (JACQUES, 2003, p.23)

As favelas surgiram e cresceram a partir do momento em que as grandes cidades brasileiras passaram a atrair migrantes do interior a procura de emprego e melhor qualidade de vida. O que ocorre é que a oferta de emprego cresce num ritmo bem menor do que o volume de migrantes que chegam nessas cidades, gerando dessa forma a situação de extrema miséria que enfrentam grandes setores da população urbana, sobrevivendo à margem da sociedade e da economia. (CECCA, 1997 p. 113) Em Florianópolis as favelas também surgiram através do fenômeno de migrações, como já foi explicado anteriormente.

MAGALHÃES (2002, p.68) também vem elucidar sobre a formação das favelas:

“É preciso morar. Sem oferta de terra infra-estruturada, sem opção de financiamento, a população de baixa renda vê-se obrigada a produzir seu próprio espaço residencial, o que significa bem mais do que simplesmente levantar paredes e tetos. É preciso conseguir um terreno, dar-lhe condição de acesso, obter água, saneamento, energia elétrica.”

A favela é um mundo à parte da cidade. Nela, inclusive, as leis vigentes são diferentes e ditadas por aqueles que possuem mais força, no caso, mais armas e mais poder. Os direitos humanos são inexistentes e a propriedade privada não é garantida. (MAGALHÃES, 2002, p. 120) Quem dita às regras na maioria das vezes é o tráfico de drogas, presença certa nas favelas atualmente.

A favela passou a ser conhecida como o local da cidade onde as habitações são irregularmente construídas, onde não existem ruas, planos urbanos, saneamento. Esses problemas existem principalmente pela pobreza de seus habitantes e pelo descaso do poder público. Através dessa má imagem, a favela começou a ser considerada como algo que deve ser destruído, extinto. Passou a ser o grande problema das grandes cidades, por

ser uma parte destas que destoa da cidade habitada pelos moradores considerados civilizados. Os problemas da cidade são atribuídos em sua maioria à favela e aos favelados. (ZALUAR, 1998, p. 08)

Para darmos condições de dignidade aos cidadãos urbanos e reduzirmos a cidade irregular, é preciso oferecer a estes infra-estrutura urbana, que não apenas consiste em saneamento básico, mas inclui também serviços de transporte, fornecimento de equipamentos sociais e serviços públicos. Não podemos esquecer que a provisão de infra-estrutura é função coletiva. (MAGALHÃES, 2002, p. 50)

Na cidade de Florianópolis, a ocupação dos morros se acentuou devido à exclusão das populações de baixa renda das áreas planas e centrais mais valorizadas. Essas ocupações acabaram por tomar grandes áreas de preservação nas encostas e nos mangues dos bairros Itacorubi, Saco Grande e Costeira do Pirajubaé. (CECCA, 1997 p. 110)

A área estudada encontra-se nas encostas do Bairro Itacorubi e o Rio Itacorubi, que corta a região, deságua no Mangue do referido bairro. Existem indícios de ocupação do Morro do Quilombo mesmo antes da década de 50. Porém a ocupação intensa da região iniciou-se a partir da década de 90. Hoje a população lá instalada recentemente encontra em grave situação de vulnerabilidade social, e suas moradias estão quase todas em situação irregular.



Imagem 20 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 21 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 22 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 23 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 24 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 25 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 26 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 27 – Ocupações irregulares no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.



Imagem 28 – Ocupações irregulares sendo construídas no Morro do Quilombo

Foto: Josiani C. dos Santos.

Data: Junho de 2007.

4 – CONDICIONANTES LEGAIS E POTENCIALIDADES

4.1 – O PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS.

O grande instrumento atual da política urbana é o Plano Diretor das cidades. Ele tem com função desenhar a cidade descobrindo suas potencialidades e necessidades, mostrando por quais caminhos deve ocorrer o adensamento da cidade e quais regiões devem ser preservadas. Deve ser feito de forma unificada, levando em conta toda a cidade, pois uma intervenção em uma avenida além de influenciar as características do bairro onde está inserida, pode também interferir na cidade como um todo. Para solucionar-se uma cidade é necessário obter equilíbrio entre as necessidades internas, fazendo com que todas as resoluções estejam necessariamente vinculadas. (ROLNIK, 2006, p.100)

A Lei Federal 10.257/01 de 10 de julho de 2001, chamada Estatuto da Cidade, considera o Plano Diretor o principal instrumento da política urbana. Isso demonstra a grande importância do mesmo para o desenvolvimento de um

município. Sua elaboração deve ser feita de forma coletiva estando representados desta maneira, os diferentes valores e objetivos de diversos segmentos da sociedade. No entanto, na maioria das cidades brasileiras, os órgãos públicos ainda elaboram suas políticas públicas de forma arcaica, incluindo-se o Plano Diretor. Desta maneira, os planos têm se mostrado uma reprodução da lógica, já existente, do desenvolvimento da cidade, e servem muito pouco para uma correta orientação do desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida da população. Normalmente esses planos são elaborados pelos políticos, que decidem pela população, sem buscar a opinião da mesma, qual será o destino da cidade e de seus cidadãos. (Saboya, 2006, p. 1)

Em Florianópolis, a situação do Plano Diretor não é muito diferente da maioria das cidades brasileiras. A primeira lei que regulamentou a ocupação do solo foi elaborada em 1952 e mantinha a expansão da cidade praticamente restrita a península central (FACCIO 1997, p.141). Ainda de acordo com a autora, eram apontadas no Plano duas alternativas que tinham o objetivo de impulsionar a economia da cidade: a primeira, incentivar o turismo na ilha e a segunda, a construção de um porto marítimo na parte continental, com a finalidade de uma expansão urbana para esta localidade.

Quanto ao Plano Diretor de 1976 da cidade de Florianópolis CECCA (1997, p. 120) descreve o seguinte:

“O Plano Diretor de Florianópolis, em vigor desde 1976 não é um instrumento legal que possa servir como agente de modelação e ordenamento para uma cidade insular, menos ainda depois que foi transformado numa colcha de retalhos, através de contínuas e localizadas intervenções dos vereadores, que sistematicamente introduzem alterações, destacando-se as de zoneamento e as que mudam gabaritos e densidade, quase sempre a pedido do interessado que irá beneficiar-se especificamente com essa mudança.”

O atual Plano Diretor de Florianópolis, datado de 1997, também possui os mesmos problemas do Plano de 1976. Diversas mudanças foram feitas pelos vereadores, para adequá-lo aos interesses de algumas pessoas, muitas vezes não levando em conta o direito coletivo. Desta forma, essas alterações se transformam em uma grande ameaça para o meio ambiente da cidade. O problema das construções irregulares, em desacordo com o Plano, também é muito grave no município, pois o sistema de fiscalização é feito de forma

precária. No entanto, já existe um projeto de lei para adequar o Plano Diretor de Florianópolis às exigências do Estatuto da Cidade.

4.2 – O ESTATUTO DA CIDADE E AS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Como já exposto, em 10 de julho de 2001 foi criada a Lei Federal 10.257/01 que é chamada Estatuto da Cidade. Sobre o Estatuto ROLNIK (2005, p.108), esclarece:

“O Estatuto da Cidade define e estabelece instrumentos importantes e inovadores com elevado potencial para o aprimoramento da gestão urbana, para a preservação ambiental e a redução de riscos à saúde e de naturais em contexto urbano, incluídas a preservação de áreas de mananciais, a redução de impactos da urbanização sobre meios receptores e o controle da ocupação de áreas de risco geotécnico e de inundação.”

O projeto arquitetônico proposto poderá acontecer de acordo com o Estatuto da Cidade, que regulamenta nos artigos 32, 33 e 34 as operações urbanas consorciadas, que tem o objetivo de alcançar em uma região transformações na estrutura urbana, benefícios sociais bem como valorização ambiental. (FIORILLO, 2002, p. 70). O parágrafo 1º do art. 32 define operação urbana consorciada:

“§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.”

Com relação às mudanças das exigências do Plano Diretor para a adequação das operações urbanas consorciadas o parágrafo 2º do art. 32 dispõe:

“§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:
I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das

normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;
II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.”

Para se realizar uma operação urbana consorciada deverá ser implementada uma Lei Municipal específica para delimitar a área para a ocupação da operação. O Art. 33 do Estatuto da Cidade regulamenta o que esta Lei deve conter:

“Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:

I – definição da área a ser atingida;

II – programa básico de ocupação da área;

III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV – finalidades da operação;

V – estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I e II do § 2º do art. 32 desta Lei;

VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.”

5 – PROPOSTA: SUSTENTABILIDADE URBANA E ARQUITETURA SUSTENTÁVEL

5.1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Grandes desastres ecológicos ocorreram no mundo a partir da metade do século XX. Isso fez com que se iniciasse uma consciência ambiental por grande parte da sociedade, principalmente na Europa e na América do Norte. Através dessa consciência surgem novas alternativas do relacionamento do homem com o meio ambiente, a fim de reduzir o impacto que os seres humanos causam na natureza, também levando em consideração que o processo de desenvolvimento dos países está diretamente ligado com a qualidade ambiental desses. Passa-se, portanto, a ter noção de que a Terra possui uma quantidade limitada de recursos a oferecer ao homem, e que se

esse limite for ultrapassado poderão ocorrer impactos ambientais desastrosos. (BISSOLOTTI, 2004, p.31) Apesar disso ainda são poucas as atitudes que surgem como forma de evitar essa grande destruição que vem ocorrendo. A sustentabilidade é um termo que está sendo muito usado nos últimos anos para definir ocupações humanas que procuram evitar ao máximo a destruição da natureza e a extenuação de seus recursos.

De acordo com ARIAS (2005, p.20), a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), criou a seguinte definição para o Desenvolvimento Sustentável:

“... um modelo que busca satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades - utilizar recursos naturais sem comprometer sua produção, fazer proveito da natureza sem devastá-la e buscar a melhoria da qualidade de vida à sociedade.”

Atualmente podemos observar nas grandes cidades uma crescente degradação ambiental. Isso se deve a vários fatores, mas principalmente a aglomeração de pessoas e a expansão excessiva ou não planejada desses centros urbanos, que normalmente tem como consequência a poluição das águas, do solo e do ar, alterações climáticas, periferização, condições precárias de habitação para os mais pobres, congestionamentos do trânsito, problemas com o lixo, etc. Ou seja, a infra-estrutura insuficiente, acaba comprometendo a qualidade de vida dos moradores (ARIAS, 2005. p.22). No Brasil isso pode ser facilmente observado, com as ocupações nas encostas, mangues, florestas, pela população de mais baixa renda, que não possui educação suficiente para ter uma consciência ambiental.

Para se manter sustentável, uma cidade deve se preocupar com a manutenção de sua diversidade biológica, com a qualidade do ar, água, solo e com a qualidade de vida de sua população, preservando e respeitando a natureza. O desenvolvimento sustentável só acontece quando o crescimento da população e o consumo dos recursos naturais estão de acordo com o que a natureza consegue produzir. Perdendo sua razão, se não estiver ligado à igualdade e a justiça social. (BISSOLOTTI, 2004, p.34)

No Brasil o fenômeno da urbanização é crescente e cada vez mais as cidades elevam seu número de habitantes. Portanto várias medidas devem ser tomadas no país para implementar a sustentabilidade nas cidades. É necessário fazer uma reforma urbana, começando pela reordenação do uso do solo e a participação da sociedade nas decisões e fiscalizações. Os sistemas de transporte devem ser melhorados visando diminuir cada vez mais o consumo de combustíveis e a conseqüente poluição do ar. Também deve haver uma preocupação com os resíduos urbanos produzidos nas residências e comércios das cidades, dando a eles uma destinação correta, reciclando o que for possível. Fornecer saneamento básico para todos os moradores, inclusive os mais pobres, é de extrema importância para a não poluição da cidade. (BISSOLOTI, 2004, p.36 -38)

O desenvolvimento sustentável tem por objetivo promover o equilíbrio entre seres humanos e natureza. Para tanto, é necessário realizar mudanças como estratégias políticas para que haja maior participação da população nos processos de decisões coletivas, programas e trabalhos sociais que desenvolvam a resolução dos grandes índices de diferença social e os conflitos gerados por este fato, formas de produção que não agridam o meio ambiente e, principalmente, tecnologias que tragam novas soluções para os problemas existentes. Também é preciso conscientizar as populações sobre a necessidade de mudanças de hábitos para não esgotar os recursos naturais ainda disponíveis. Para se ter êxito nesses temas, é necessário um pesado investimento em educação para que as pessoas possam tomar consciência sobre a importância da sustentabilidade das cidades. (ARIAS, 2005. p.21-22)

Sobre a consciência da população para um desenvolvimento sustentável, BISSOLOTI (2004, p.34) descreve:

Para a implantação dos princípios sustentáveis exigem-se mudanças fundamentais na maneira de pensar, viver, produzir, consumir e de se relacionar com o meio ambiente. Para isso é necessário uma educação para gerar sociedades sustentáveis incluindo a responsabilidade humana e tomada de consciência do indivíduo. Somente através de uma mudança de mentalidade, a sociedade poderá desejar construir uma cidade sustentável visando a preservação dos recursos para as próximas gerações. (BISSOLOTI, 2004, p.34)

5.2 – ARQUITETURA SUSTENTÁVEL.

A arquitetura sustentável, também chamada de arquitetura ecológica ou bioconstrução, busca a utilização de materiais e técnicas construtivas alternativas que causam menores impactos ambientais. Os materiais utilizados devem ser de baixo custo e preferencialmente encontrados na localidade da construção. (BISSOLOTI, 2004, p.41)

A arquiteta Roberta Kronka Mülfarth, professora da FAU-USP, define arquitetura sustentável da seguinte maneira: “É uma forma de promover a busca pela igualdade social, valorização dos aspectos culturais, maior eficiência econômica e menor impacto ambiental nas soluções adotadas nas fases de projeto, construção, utilização, reutilização e reciclagem da edificação, visando à distribuição eqüitativa da matéria-prima e garantindo a competitividade do homem e das cidades. (Projeto Design, 2003)

A arquitetura sustentável procura alterar o mínimo possível o meio ambiente, preocupando-se com a situação ambiental do local onde se está construindo, utilizando materiais corretos para a construção. Evita a alteração da composição do solo, criação de ilhas de calor, aterros, e desequilíbrios ambientais de uma maneira geral. (UNIVERSIA BRASIL, 2007)

Para se obter uma construção realmente sustentável devemos observar não só a sustentabilidade do edifício, observando aspectos como consumo de água, energia e materiais construtivos, mas também com relação a inserção deste e o entorno, preocupando-se com aspectos como impactos na fauna e flora, transporte, qualidade do ar, e na comunidade em questão. Também é importante preocupar-se com os impactos que este edifício virá a causar na sociedade em geral, mudando o estilo de vida das pessoas, fazendo com que elas vivam de maneira sustentável. (MÜLFARTH, 2007, p.02)

Resgatando técnicas construtivas, como construção em terra, pedra e aliando-as as tecnologias atuais, podemos manter a sustentabilidade de todo o sistema. Utilizando-se materiais de baixo impacto ambiental, ainda podemos ter benefícios econômicos. É importante lembrar que o bom desempenho do edifício deve estar diretamente ligado com seu desempenho econômico, ou

seja, nunca se deve adotar uma solução sustentável que seja inviável economicamente. (MÜLFARTH, 2007, p.06)

Uma construção sustentável deve possuir metas a serem alcançadas em todo seu ciclo de vida. Entre elas podemos citar: aumento da produtividade; eficiência energética; redução no consumo de água; redução nos custos de construção, operação, manutenção, demolição, acidentes de trabalho, doenças relacionadas aos edifícios, poluição e lixo; garantia de conforto aos usuários; aumento da flexibilidade e durabilidade. (MÜLFARTH, 2007, p.06-07)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da Análise exposta, fica expressa a necessidade de ações comunitárias na localidade do Morro do Quilombo, assim como em todas as regiões de ocupações irregulares em áreas de preservação da cidade de Florianópolis, com a finalidade de favorecer movimentos pela preservação do meio ambiente além de proporcionar desenvolvimento humano, social e econômico para as comunidades em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

A problemática ambiental é um tema que vem crescendo nos últimos anos, pois a humanidade está verificando o impacto dos danos produzidos por ela durante séculos e se conscientizando que os recursos naturais são finitos e sua preservação é imprescindível para a sobrevivência do ser humano no Planeta. Na cidade de Florianópolis, o número de construções irregulares vem crescendo significativamente, fazendo com que o meio ambiente da Ilha de Santa Catarina seja cada vez mais prejudicado.

Grande parte dos danos ambientais está diretamente ligado às construções e a maneira como elas são utilizadas posteriormente, portanto os profissionais desta área devem buscar cada vez mais produzir construções de baixo impacto ambiental, visto que atualmente a tecnologia possui diversos recursos para auxiliar estes profissionais a obter soluções construtivas viáveis economicamente e que alcancem resultados satisfatórios.

O projeto arquitetônico a ser desenvolvido na segunda etapa deste trabalho terá como objetivo a promoção da educação, principalmente na área ambiental, integrando desta maneira a comunidade, tanto com a natureza ao seu redor como os moradores entre si. O projeto terá como diretrizes a idéia de arquitetura sustentável, almejando uma construção arquitetônica integrada à natureza, sem agredi-la e preservando ao máximo os recursos oferecidos pela mesma.

Enfim, criar um ambiente em que os moradores se identifiquem e se apropriem da arquitetura para plena efetivação do projeto proposto que é o principal objetivo da segunda etapa deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS, Cristina Vanessa Florentin. **Fotogrametria e educação continuada como ferramentas para o planejamento e controle do desenvolvimento urbano sustentável.** Florianópolis, 2005. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura.

BISSOLOTI, PAULA MIYUKI AOKI. **Ecovilas: um método de avaliação de desempenho da sustentabilidade.** Florianópolis, 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A mão de obra escrava no povoamento da Ilha de Santa Catarina.** Disponível em <<http://www.agrorede.org.br/ceca/cultura/Negros.html>>. Acessado em 11 de maio de 2007.

Casan – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Disponível em: <<http://www.casan.com.br>>. Acessado em 07 de fevereiro de 2007.

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **UMA CIDADE numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina.** 2. Ed. Florianópolis: Insular, 1997.

COHRE – **Centre on housing rights and evictions.** (Centro pelo direito a moradia contra despejos) Disponível em: <<http://www.cohre.org>>. Acessado em 15 de abril de 2007.

CRISTO, Sandro Sidnei Vargas de. **Análise de susceptibilidade a riscos naturais relacionados às enchentes e deslizamentos do setor leste da bacia hidrográfica do Rio Itacorubi, Florianópolis-SC.** Florianópolis, 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CUFA – **Central Única das Favelas**. Disponível em: <<http://www.cufa.com.br>>. Acessado em 21 de maio de 2007.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho; Pimenta, Luis Fugazzola. **O estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis** /. Florianópolis, 1997. 186f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFRJ. **Programa Favela-Bairro**. Disponível em: <<http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/favela/frames.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2007.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Estatuto da Cidade Comentado: Lei 10.257/2001: lei do meio ambiente artificial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

GEOGUIA FLORIANÓPOLIS. Disponível em <<http://floripa.geoguia.com.br/>>. Acessado em 30 de junho de 2007.

GOOGLE EARTH. Disponível em <<http://earth.google.com/>>. Acessado em 28 de junho de 2007.

IPUF- **Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.ipuf.sc.gov.br>>. Acessado em 15 de abril de 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LENGEN, Johan Van. **Manual do arquiteto descalço**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

LIMA, Leandro Brehn de; **PERES**, Lino Fernando Bragança. **Central de ONGS : educação ambiental para controle de enchentes na bacia do Itacorubi**. Florianópolis, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

MAGALHÃES, Sérgio. **Sobre a Cidade: habitação e democracia no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pro Editores, 2002.

MAPA INTERATIVO. Disponível em <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>>. Acessado em 27 de junho de 2007.

MASUTTI, Mariana Beraldo; PANITZ, Clarice Maria Neves. **O manguezal do Itacorubi como barreira biogeoquímica: estudo de caso**. Florianópolis, 1999. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

Ministério das Cidades. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acessado em 30 de maio de 2007.

MONTES, Maria Andrea Triana. **Diretrizes para incorporar conceitos de sustentabilidade no planejamento e projeto de arquitetura residencial multifamiliar e comercial em Florianópolis**: [dissertação]. Florianópolis, 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura.

MÜLFARTH, Roberta Consentino Kronka. **Arquitetura e a Sustentabilidade**. Disponível em <www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/Roberta_Kronka.pdf> Acessado em 28 de junho de 2007.

NASCIMENTO, Gilberto Antonio do. **Mapas e dados em meio digital** uma aplicação à drenagem urbana Bacia do Itacorubi, Florianópolis - SC. Florianópolis, 1998. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil

PELUSO Jr., V. A. **Estudos da geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

PENNA, Clemente Gentil; Universidade Federal de Santa Catarina. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Florianópolis, 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História

PIAZZA, Walter F. Em: MELO, Osvaldo Ferreira de. Clube Doze de Agosto; Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Historia socio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube Doze de Agosto: IHGSC: Lunardelli, 1991.

Plano Diretor Participativo – Florianópolis. Disponível em <<http://www.planodiretorfloripa.sc.gov.br>>. Acessado em 30 de maio de 2007.

PROJETO DESIGN. **Construção Sustentável**. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br/tecnologia/tecnologia32.asp>> Acessado em 08 de junho de 2007.

REBELATTO, MARTHA. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX**. Florianópolis, 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História

ROLNIK, Raquel. **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

ROLNIK, Raquel. PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.** Brasil: Ministério das Cidades; Confea, 2005.

SABOYA, Renato T.; LEÃO, Marcelo. **Avaliação do desempenho do conteúdo do Plano Diretor de Florianópolis.** COBRAC 2006 · Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário · UFSC Florianópolis · 2006

SANTOS, Cristina Camilo dos. **O processo de urbanização da Bacia do Itacorubi:** a influência da UFSC. Florianópolis, 2003. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.

TEIXEIRA, Fernando; ZEFERINO, Augusto César. **Intervenções urbanas em áreas de preservação permanente - repercussões sócio-ambientais / o caso dos manguezais do Rio Itacorubi e do Rio Tavares - Ilha de Santa Catarina - Santa Catarina - Brasil.** Florianópolis, 1998. [290]f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

UNIVERSIA BRASIL. **Arquitetura preocupada com a ecologia.** Disponível em <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_gccb.html>. Acessado em 03 de junho de 2007.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. **Maré, vida na favela.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VEIGA, E. V. **Florianópolis – Memória Urbana.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos; Fundação Getúlio Vargas. **Um Século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.